

Curuá Energia S.A.

CNPJ 05.215.888/0001-01

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Manifestação da Administração: Os membros do Conselho de Administração da **Curuá Energia S.A.**, com sede na BR 163, s/nº, KM 877, Cachoeira da Serra, no município de Altamira-PA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido e a Demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e considerando o parecer dos Auditores Independentes, aprovam os referidos documentos, autorizam a publicação das referidas demonstrações contábeis na forma da lei e propõe sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. **Edmundo José Rodrigues Neto** - Presidente do Conselho de Administração. **Natalino Bertin** - Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Fabiola Cassia de Noronha Sampaio - Conselheira. **Silmar Roberto Bertin** - Conselheiro.

Balanços Patrimoniais			Balanços Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados				
	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011	Nota	2012	2011
Ativo/Circulante		13.585	26.549	Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		19.884	37.001	Receita bruta:		
Caixa e equivalente de caixa	4	5.379	22.625	Empréstimos e financiamentos	12	14.156	33.212	Doações, contribuições e subvenções		27.778
Clientes	5	4.831	1.545	Fornecedores	13	2.714	1.308	(-) PIS		27.108
Impostos a recuperar	6	833	1.617	Obrigações trabalhistas		532	161	(-) COFINS		(459)
Adiantamentos a fornecedores	7	2.542	762	Obrigações tributárias	14	2.482	2.320	(=) Receita líquida de vendas	17	52.316
Não circulante		236.066	199.878	Não circulante		279.860	194.314	(-) Custo dos produtos	18	(10.362)
Partes relacionadas	8	44.376	12.014	Empréstimos e financiamentos	12	44.277	60.111	(=) Lucro bruto		41.954
Impostos a recuperar	6	11.072	12.181	Partes relacionadas	8	221.163	126.990	(-) Despesas operacionais		(102.788)
Depósitos judiciais		1.589	73	Provisão para contingência	15	14.228	6.307	Administrativas	19	(2.907)
Impostos federais diferidos	9	15.665	-	Obrigações tributárias		192	906	Depreciação e amortização	20	(5.961)
Imobilizado	10	159.557	166.219	Patrimônio líquido		(50.093)	(4.888)	Despesas ineditáveis	21	(8.512)
Diferido	11	3.807	9.391	Capital social	16	9.066	9.066	Receitas financeiras		540
Total do ativo		249.651	226.427	Prejuízo do exercício		(45.205)	(13.954)	Despesas financeiras	22	(85.948)
				Prejuízos acumulados		(13.954)	-	(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(60.834)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		249.651	226.427	Efeitos tributários	23	15.629

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social integralizado	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 1º/01/2010	9.066	(23.813)	(14.747)
Ajuste de exercícios anteriores	-	266	266
Lucro líquido do exercício	-	9.593	9.593
Saldos em 31/12/2011	9.066	(13.954)	(4.888)
Prejuízo do exercício	-	(45.205)	(45.205)
Saldos em 31/12/2012	9.066	(59.159)	(50.093)

Notas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Cia. foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de PCH, à prestação de serviços públicos ou privados na área de energia elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Cia. tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios. A Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Salto do Curuá, localizada na cidade de Altamira - PA, Km 877 da BR 163, distrito de Cachoeira da Serra, s/nº, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 30 MWh, sendo 4 Unidades Geradoras de 7,5 MWh cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, órgão vinculado ao MME. A Cia. vende a totalidade de energia produzida para a CELPA, que está em processo de recuperação judicial. A Cia. vem envidando esforços na revisão do perfil do endividamento atual, bem como monitora permanentemente o processo de recuperação judicial das Centrais Elétricas do Pará S.A. para assegurar o recebimento de recursos decorrente da venda de energia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela ANEEL. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para IR e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Cia. em 15/05/2013.

3. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos aplicáveis às empresas de pequeno porte, nos termos da Lei nº 11.638/07, as quais levam em consideração as disposições contidas na NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações para empresa de pequeno porte emitidos pelo CPC, e as resoluções do CFC, NBC TG 1000, e requer que a Administração da Cia. utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa,

provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

3.5. Instrumentos financeiros: a) Classificação e mensuração: A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo registrada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (impairment). **Valor justo:** A Cia. avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

3.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Cia. não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.7. Impostos diferidos: Um ativo de IR e CS diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

i. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Cia. incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2012	2011
Prejuízo/lucro do exercício	(45.205)	9.593
Total do resultado abrangente do exercício	(45.205)	9.593
Total do resultado abrangente atribuível aos Acionistas	(45.205)	9.593
	(45.205)	9.593

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2012	2011
Prejuízo/lucro do exercício	(45.205)	9.593
Itens que não afetam o caixa operacional	(32.539)	22.389
Depreciação e amortização	12.666	12.530
Ajuste de exercícios anteriores	-	266

Aumento e diminuição das contas do ativo e passivo	2012	2011
Clientes	(3.286)	7.520
Impostos a recuperar	1.893	(1.314)
Adiantamento a fornecedores	(1.780)	(392)
Impostos diferidos	(15.665)	-
Depósitos judiciais	(1.516)	-
Fornecedores e empreiteiros	1.406	1.348
Obrigações trabalhistas	371	38
Obrigações tributárias	(552)	(490)
Provisão para contingências	7.921	2.433
Caixa líquido das atividades operacionais	(11.208)	9.143
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação no imobilizado	(420)	(3.086)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(420)	(3.086)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos	(34.890)	(25.787)
Variação em partes relacionadas	61.811	10.290
Caixa líquido das atividades de financiamentos	26.921	(15.497)
Variação no saldo de caixa e equivalentes	(17.246)	12.949
Caixa no início do exercício	22.625	9.676
Caixa no final do exercício	5.379	22.625
Variação no saldo de caixa e equivalentes	(17.246)	12.949

envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota nº 10. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Cia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

ii. Diferido: Registrado ao custo de formação, a amortização é calculada a contas da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Cia. optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização.

iii. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando

continua -*